

# A questão indígena

**HINDEMBURGO CHATEAUBRIAND FILHO E  
ALVARO RICARDO DE S. CRUZ\***

**E**m meados do ano passado estivemos no município de Bertópolis, no Vale do Jequitinhonha, a convite da Funai, para conhecer de perto os problemas enfrentados pela comunidade indígena dos Maxacalis. O contato com a realidade das questões que nos tocam deixam sempre os efeitos úteis da experiência.

Foi uma viagem de alguns dias e dela trouxemos, como bons estrangeiros, alguns apetrechos produzidos pelos índios. Mantivemos também contato com fazendeiros e outros habitantes da região próxima à aldeia, de quem ouvimos palavras de total descrença na solução para as questões indígenas. Entre opiniões francas e brincadeiras sérias, também nos disseram para não colecionar arcs, flechas e outros souvenirs. Davam azar!

Agora, recentemente, vimos noticiar com destaque nos meios da imprensa mineira a desocupação da área, localizada no Vale do Rio Doce, sobre a qual o Supremo Tribunal Federal reconheceu direitos originários em favor dos índios Krenak. A tramitação do processo levou mais de 10 anos, até o seu julgamento definitivo, ocorrido em 1993.

De lá para cá, foram mais 4 anos apenas para se executar a decisão. Entre os motivos dessa demora não seria honesto excluir a notória e hoje amplamente debatida morosidade da máquina judiciária. O fator decisivo, entretanto, foi a resistência oferecida pelos representantes dos municípios vizinhos e políticos da região, que deram apoio e falsas esperanças aos antigos titulares da terra. Uma ação legítima, há de se reconhecer, dentro do jogo democrático.

Alguns dias antes do cumprimento da ordem definitiva de desocupação da área pela Polícia Federal, decidimos organizar, na sede da Procuradoria da República em Minas Gerais, uma reunião com os principais interessados na causa. Estávamos preocupados com a situação de algumas das famílias atingidas pela decisão que não teriam, segundo informações que nos

chegaram por fontes diversas, sequer para onde ir. Os representantes e políticos a que nos referimos, dizendo a que tinham vindo, ainda insistiram numa negociação que atendessem aos interesses de seus eleitores.

Nada feito, passaram ao campo das ameaças. Segundo eles, seriam cortados todos os tipos de ajuda prestadas aos índios pelas administrações municipais - como se fossem donos da coisa pública e pouco fariam para aplacar a revolta da população local, contrária à presença dos índios em suas cidades.

A desocupação foi concluída sem nenhum contratempo, restando agora aguardar que as coisas se acomodem, sob o olhar atento dos órgãos federais responsáveis. São fatos que revelam um quadro grave da realidade brasileira. A política governamental de abandono e descaso pela causa indígena traduz literalmente um sentimento de desinteresse da sociedade civil pelo problema. Se é difícil o atendimento público às demandas sociais de saúde e educação para o brasileiro comum, o que dirão 250.000 índios espalhados pelo Brasil amparados pelo esforço individual de alguns poucos abnegados da Funai.

De fato a sociedade branca majoritariamente ignora quaisquer valores culturais dos indígenas. Não consideramos o quanto pouco evoluímos do período nominado por Hollywood de Conquista do Oeste quando prevalecia a máxima. "O único índio bom é o índio morto!"

É triste constatar que a questão indígena só é lembrada pela sociedade em ocasiões específicas, como nas festividades de 19 de abril ou quando se destaca a barbárie do homicídio qualificado praticado em Brasília contra um dos remanescentes da comunidade Pataxó.

Já nos disseram uma vez que brigar por direitos indígenas é uma tarefa inglória. É que índio, especialmente em Minas, não dá ibope. Ou talvez a razão seja outra. Índio aqui dá azar!

*\*Membros do Ministério Público Federal*